

REFLEXÕES SOBRE PRECARIIDADES E REPRODUÇÃO DE DESIGUALDADES NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO: ENTREVISTA COM LENIN DOS SANTOS PIRES.



Foto: Acervo Pessoal

A trajetória do antropólogo Lenin dos Santos Pires nas Instituições de Ensino Superior (IFES) já é de longa data. A caminhada iniciou ainda em 1982, quando Lenin ingressou no curso de Técnico de Química na Escola Técnica Federal de Química do Rio de Janeiro (CEFETEq). Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), entre as décadas de 1990 e 2000, atuou como prestador de serviço, técnico de química e foi aluno do curso de graduação em Ciências Sociais. Lenin Pires também foi coordenador-geral do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (SINTUFRJ). Nos anos seguintes, seguiu trabalhando como técnico na UFRJ, enquanto cursava mestrado e doutorado no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), época em que se associou ao Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (Nufep), da mesma instituição.

No ano de 2011, Lenin Pires ingressou na carreira de magistério superior da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde tornou-se um dos membros fundadores do Departamento e do curso de Segurança Pública e Social, atuando como coordenador de curso entre 2012 e 2014. Leciona e lecionou também em diversos programas de pós-graduação, dentre eles, o Programa de Pós-graduação em Antropologia, em Direito Constitucional, em Sociologia e Direito, em Justiça e Segurança e na Escola de Governança e Gestão Pública. A última surge como uma iniciativa da Universidade no

sentido de transformar as próprias práticas de gestão universitária, estimulando a formação permanente de agentes públicos.

Atualmente Lenin Pires, é Diretor do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (InEAC/UFF), pesquisador de Produtividade 2 do CNPq (2020/2023), Jovem Cientista de Nosso Estado da FAPERJ (2019-2022) e pesquisador associado ao Núcleo do Instituto de Estudos Comparados de Administração de Conflitos (INCT-InEAC). É responsável pela instauração e institucionalização do Laboratório de Estudos sobre Conflitos, Cidadania e Segurança Pública (LAESP), no âmbito do INCT-InEAC. Suas pesquisas focalizam os imbricamentos existentes entre conflitos, direitos, práticas e moralidades locais em contextos empíricos classificados como mercados informais, segurança pública e transportes urbanos.

Diante das dificuldades atuais, onde constantes ataques às diversas instituições de ensino ganharam destaque no cenário político, fomentando lógicas neoliberais, a conversa com Lenin procura melhor compreender as responsabilidades da categoria profissional técnicos administrativos na composição da Universidade.

01. Lenin, o propósito da conversa é aproveitar a oportunidade para conhecer melhor a atuação dos diversos setores nas Universidades públicas. Valorizando a sua vasta trajetória acadêmico-profissional em institutos de ensino federal, gostaríamos que você falasse sobre as suas experiências como aluno tanto no CEFETEq quanto da UFRJ. Qual foi a importância dessa fase de formação na sua carreira? Imaginamos que sejam momentos distintos da sua vida.

Lenin Pires - São momentos muito distintos porque quando eu fui aluno da Escola Técnica Federal de Química, que pra mim foi uma espécie de *segundo* segundo grau, era formado no nível médio enquanto eu tinha habilitação básica em administração na Escola Estadual Prefeito Mendes de Moraes, uma escola na Ilha do Governador, que nos últimos anos ficou famosa por ter sido o epicentro das mobilizações de estudantes secundaristas, em 2013 e 2014. Eu estudei lá na década de 1980, mas já naquela época esse ensino não apresentava grande competitividade no mercado de trabalho. Então terminar uma habilitação em administração não me dava possibilidade de adquirir um emprego e, por isso, eu tive muitas dificuldades de inserção. Em 1982 quando eu terminei o segundo grau, o Brasil estava envolvido numa crise fenomenal. É curioso porque foram três anos experimentando incertezas. Mais ou menos o que a juventude

está vivenciando no Brasil de 2020, pelas experiências que eu vejo nos nossos alunos de graduação e mesmo de pós-graduação ou mesmo entre os meus filhos, que são jovens adultos. Uma enorme dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Essa situação me era muito familiar por aquela época. Tudo era muito difícil no final da ditadura.

Então eu fiquei três anos fazendo pequenos trabalhos aqui e ali e decidi fazer a Escola Técnica Federal de Química. Essa decisão não foi fácil. A começar pelo fato que no período anterior, quando era aluno do Colégio Mendes de Moraes, iniciando uma espécie de carreira política como presidente do grêmio estudantil, diante de uma série de dificuldades que eu tinha em compreender a disciplina química - porque o professor não era dos melhores - eu liderei o movimento para tirar o professor da escola. Então ficamos um bom tempo sem aula de química (risos).

Tempos depois eu tive que tomar uma decisão de estudar uma coisa que eu não sabia, que eu não gostava, mas que era o único lugar onde efetivamente estavam contratando pessoas. Essa foi a razão pela qual eu fui fazer a Escola Técnica Federal de Química. Ali eu diria que eu fui ressocializado, particularmente no enquadramento tocante à matemática como uma linguagem comum às ciências naturais... do grau de continuidade e descontinuidade entre física e química, etc. Mas também no sentido de compreender que no ambiente corporativo das indústrias químicas há processos, chamadas operações unitárias, processos de administração, que dizem respeito à organização do trabalho para além daquilo que se fazia em laboratórios. Isso me levou a decidir por cursar Engenharia Química na UFRJ, tempos depois. Eu entrei no curso da Escola Técnica em 1983, terminei em meados de 1985. Enquanto fazia estágio na área fui aprovado para Engenharia Química, com matrícula no segundo semestre de 1986.

Eu pretendia fazer Engenharia porque queria integrar justamente essa perspectiva da Química de lidar com as pessoas. Só que isso não aconteceu. O primeiro grande problema do curso de Engenharia Química, na minha experiência, é que ele é um curso de elite. Os meus colegas eram oriundos dos segmentos mais bem aquinhoados da sociedade fluminense, e eu, na época, continuava sendo filho da Dona Maria Fidelis, que era servente. Minha mãe trabalhou a vida toda como servente, limpando avião e casa de família. Eu, logicamente, sou negro; isso é óbvio. E, naquele momento, essas distorções falavam muito profundamente em sala de aula. Primeiro porque eu tinha que trabalhar. Trabalhava até então numa empresa e o horário era incompatível com a aula,

o que me fez pedir demissão de um emprego onde ganhava dez salários mínimos, para ir trabalhar como estagiário na Universidade, ganhando um salário mínimo, na época do cruzado. Mas eu apostava que eu tinha que me qualificar porque se eu não fizesse isso eu ia ficar como técnico de química a vida toda e num lugar muito subalterno na sociedade. Eu era jovem, não tinha filhos ainda.

O meu interesse de estudar na Escola Técnica foi profundamente aguçado. A escola Técnica foi um lugar muito especial porque, sobretudo, eu aprendi o método de estudar sozinho, coisa que não me foi oferecido antes: a perspectiva de ser autodidata. Eu aprendi isso na Escola Técnica Federal e desde então assumi como um compromisso. No curso de Química, como eu falei, encontrei muitas dificuldades, pelos abismos sociais, mas também pelo fato de trabalhar e, paralelamente, estudar.

Em 1987, passei a ser funcionário da Universidade através de um processo seletivo muito específico. Na época, eu era estagiário na Universidade, mas em função da minha competência como químico, dominava bastante não apenas as técnicas de química, mas também o conhecimento sobre Química. Por isso, fui indicado para contratação por uma subsidiária da Petrobrás, a Petromisa, para trabalhar num laboratório na UFRJ e ali a reitoria do Horácio Macedo, que era uma reitoria progressista e trabalhava em prol do fortalecimento da Universidade, resolveu contratar os servidores que estavam lá nos laboratórios em situação irregular. Assim, quem tinha relação de trabalho com a Universidade. Segundo as leis trabalhistas da época, aquelas pessoas que fossem contratadas para além de três meses, deveriam ser contratadas efetivamente. Foi assim que eu virei servidor público na Universidade. O que os setores mais conservadores chamavam de “trem da alegria”. O fato é que desde 1987 eu abracei essa profissão de servidor público e procurei dar o melhor de mim.

02. Como você foi introduzido ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (SINTUFRJ)? Como você entendia a Universidade nesse período? Qual foi a importância do sindicato paralelamente à sua introdução à carreira acadêmica?

Lenin Pires - Em 1990, muitas dúvidas com relação ao Brasil me levaram a abraçar a atividade sindical. Agora do ponto de vista da formação, qualificação, a Escola Técnica

Federal foi um divisor de águas. A socialização na Química me fez ver que os abismos sociais e desigualdades sociais no Brasil eram bastante graves e exigiam, de certa forma, uma mobilização que já existia lá atrás. Como eu falei pra vocês eu fui presidente do grêmio escolar. Tenho esse nome que é um nome maravilhoso, graças ao meu pai. Foi a única coisa que ele me deu: Lenin! Um nome que tem uma perspectiva histórica e uma tradição na luta dos trabalhadores. É lógico que isso gera uma curiosidade. Um adolescente que desde os quatorze anos se declara comunista. Na verdade, eu sou mais que isso, sou mais que comunista, socialista etc. Eu me ofereço a oportunidade de ser aquilo que diz respeito ao interesse de inclusão social, de uma luta do que seja razoável, sem abrir mão de uma perspectiva crítica em relação às arbitrariedades do comunismo e capitalismo. As arbitrariedades de maneira geral podem significar formas distintas de dominação do homem sobre o homem.

Para nós que somos da classe trabalhadora... uns posicionados num determinado lugar nas nossas famílias, no caso, posicionados em um lugar, ora no outro, como é o caso da família da Marilha, numa tradição mais comercial. Só que não somos donos dos meios de produção. Aqui ninguém tem a perspectiva de fazer dinheiro e explorar. A nossa forma de reprodução se dá na perspectiva do trabalho. Todos nós fomos criados para trabalhar, arrumar um emprego, fazer um concurso. Então, quando nós chegamos na Universidade, há uma certa expectativa que ela nos qualifique profissionalmente, de forma adequada, para nos estabelecermos no mercado de trabalho; ao mesmo tempo, a Universidade sempre foi tida como um lugar onde o conhecimento floresce, se desenvolve e te leva a pensar para além do mundo que você está inserido.

A meta, no meu caso, sempre foi: eu quero trabalhar, mas além de trabalhar eu quero um compromisso crítico, uma forma de pensar e isso eu sempre quis, me surpreender. E se tem uma coisa que confirma essa visão que eu tenho na Universidade, são as minhas ações. Eu sou um ator, um ator da Universidade Pública e a forma de atuar está em consonância com essa crença de que a Universidade tem seu papel. A Universidade me transformou e eu sigo mantendo o compromisso de atuar nesse espaço para que ela concretize sua função transformadora.

Agora, isso não quer dizer que a Universidade seja um mar de rosas. Ao contrário, essa desigualdade que está presente na sociedade, das formas mais diversas, do ponto de vista racial e estético, pode assumir contornos cada vez mais gritantes e/ou

sofisticados. Vou dar um exemplo. Quando eu era técnico de química, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, havia um processo muito difícil que de fazer. A dissecação de moléculas de água das moléculas de cloreto de magnésio. O cloreto de magnésio é um sal, importante para poder fazer a síntese de magnésio, um metal leve que participa de várias ligas metálicas. Era muito difícil para os engenheiros daquele lugar compreenderem o processo químico que fizesse com que as seis moléculas de água fossem retiradas, permitindo um maior rendimento para a eletrólise. Eu tinha um conhecimento que a Escola Técnica me deu de química. Eu aprendi. Eu fui capaz de fazer isso. Segundo os cálculos da época, eu cheguei a conseguir que uma molécula de magnésio estivesse acompanhada, proporcionalmente, de meia molécula de água. Claro que não estamos falando de matemática, mas de distâncias e equidistâncias entre moléculas, relações eletrostáticas, entre outros aspectos desse universo disciplinar. O fato é que eu consegui fazer isso e o rapaz que trabalhava comigo fez a sua tese de doutorado sobre o assunto, obtendo rendimento. Mas, evidentemente, ninguém citou o técnico que fez isso. Pior do que não citar, o que pra mim foi muito ilustrativo, aconteceu no momento em que eles estavam conversando sobre a defesa da tese, me aproximei e eles se afastaram e se trancaram numa sala. Eu era jovem, tinha uns vinte e poucos anos, estava com um jaleco azul que eu usava - guarda pó - e eles se afastaram. Aquilo ali para mim foi de uma desconsideração muito grande como profissional, mas eu também senti que tinha um componente de natureza estética. A situação fala por si só e diz o seguinte: o seu lugar não é aqui! Aquilo ali me calou no momento, mas retornou em outro momento, muito forte. E, não por acaso, eu acabei em um dado momento fazendo uma opção de, em lugar de ficar sentado no laboratório ouvindo aquelas pessoas que eram todas brancas, todos homens, moradores da Zona Sul do Rio de Janeiro, ir para o sindicato. Fui pro sindicato e me uni a um monte de outras pessoas. Eu sinceramente fiquei com muita raiva. Mas a gente aprende que o ódio é pouco produtivo, quando você o transforma em ressentimento. O ódio não pode ser ressentimento; você tem que (re)processar ele para um nível de sentimento que te leve à uma ação construtiva, que reúna aqueles que podem estar na mesma situação de vulnerabilidade que você. Então hoje não tenho ressentimentos, na verdade tenho até agradecimento. Eles me mostraram uma coisa que na sala de aula, nunca ninguém teria me mostrado.

Então eu fui introduzido aí, nesse conflito que envolveu uma série de outras dimensões. Era a década de 1980, tinha o Partido dos Trabalhadores, um partido importante, emergindo na sociedade. Eu era jovem e tinha outras coisas no movimento sindical que eram interessantes, particularmente envolvendo garotas (risos). Mas, fundamentalmente, o que me moveu foi essa coisa de desconsideração, principalmente ao perceber que essa desconsideração é muito comum na Universidade. Primeiro entre estudantes que não são das elites, não são das engenharias, não são da medicina; e também entre os estudantes que são negros. Na minha época era muito difícil ver negros na Universidade, ainda mais no curso de Engenharia Química. Em relação aos técnicos administrativos, a distinção. As formas de discriminação do segmento docente para com o técnico administrativo são, muitas vezes, abissais, que se dão no tom de voz, na forma de se referir. Tais formas são pesadas no exercício dessas representações de desigualdade, masculino/feminino, preto/branco, pobre/rico, Zona Sul/Zona Norte tudo isso está ali sendo dramatizado cotidianamente em relações de trabalho que tem pelo menos oito horas de duração em termos de ideias e que não são voluntárias. Ou são. Mas normalmente com quem você vai trabalhar não é a sua opção. O aluno entra em sala de aula, vê que não gosta do professor, tranca a disciplina. Mas o técnico administrativo não tem essa opção. Muitas vezes é colocado em contato com um profissional que não pode cancelar. Aquele cara vira seu chefe, vira seu colega de trabalho. E aí você tem uma série de situações de conflitos, de discriminações e de esculacho também. Muitas situações de desconsiderações e de insultos muito fortes que se refletem no mundo do trabalho.

03. Como aconteceu essa decisão de mudança de curso da Engenharia Química para as Ciências Sociais? Também chama atenção na sua biografia que, apesar de você ter cursado graduação em Ciências Sociais, com ênfase em Ciência Política, mais tarde você fez uma migração para a Antropologia. Como foi essa trajetória?

Lenin Pires - Diante de todas essas discriminações na sala de aula e no espaço universitário como um todo era muito difícil estudar engenharia sem tempo pra estudar. Sempre fui muito ruim em matemática. Não é que não entrasse na minha cabeça, o problema era exercitar. Fazer os exercícios, as provas... ter tempo para praticar a solução daqueles problemas e aplicar aqueles problemas às situações palpáveis, na física e na própria química...

O que se fala - e acho que isso se reflete um pouco também no direito -, é o seguinte: “ele não nasceu pra ser engenheiro”; eu quero saber quem é bom e só é bom professor aquele que reprova em massa, pra separar o joio do trigo. A lógica desses lugares é da exclusão. Então se o aluno tem uma fragilidade estrutural do ponto de vista de ter que trabalhar ou não ter monitor disponível, fica muito complicado. Isso melhorou muito com todas as discussões sobre inclusão, sobre cota e bolsa; é um avanço ter bolsista e ter monitor. Antigamente, monitores se contavam nos dedos de uma mão. O horário dos monitores tinha relação com a vida social da classe média. Quem tinha a vida social da classe média estava lá no laboratório, na biblioteca ou na sala dos professores para tirar dúvidas no turno da manhã. Eu estava trabalhando então, bom, não tinha como ir adiante naquele curso. Logo, o desinteresse começou a se dar também por perceber que aquele âmbito formava pessoas que na sociedade eram capazes de tirar o protagonismo das outras e desconsiderar em função de raça e classe. Eu não queria fazer parte desse time.

O divisor de águas foi uma aula na Engenharia Química que eu cheguei, guardei meu guarda pó azul. Eu trabalhava no Bloco F e tinha aula no Bloco E. Na sala de aula, o professor de Engenharia Química falava o seguinte: “digamos que vocês tenham um problema muito sério na indústria de vocês. E aí a indústria começa a ter problemas de rentabilidade, crise econômica no país. O que vocês fariam para resolver a situação”? Eu diminuiria a quantidade de ácido sulfúrico; eu mudaria de distribuidor; eu mudaria a fábrica pra um lugar mais barato; negociaria a conta de luz. Os alunos começaram a dar um monte de soluções para o problema. O professor então disse que não era nada daquilo, a solução era demitir os funcionários. Demite pelo menos 30% da folha pagamento. Você reduz a quantidade de insumos sociais, pagamento de PIS/PASEP, pagamento de previdência, aí essas pessoas vão ficar no mercado de trabalho e vão ser recontratadas por um salário mais barato depois.

Na época não existia terceirização. A terceirização vem na década de 1990, como solução para esse tipo de problema. Aí eu fiquei pensando assim: imagina eu, vindo de onde vim, falando as coisas que eu falo e sendo quem eu sou, demitir Dona Maria Fidelis? Eu vou fazer isso?! Porque estar na Universidade também é você se projetar no futuro. O que eu quero ser quando tiver cinquenta e sete anos de vida? Foi uma decisão tomada com vinte e poucos anos de idade. Como foi uma série de outras decisões tomadas nesse período, no âmbito dessas outras instituições pelas quais passei.

Claro que nisso tudo isso tem muito conflito, muitas idas e vindas, mas também pessoas que ajudaram. Eu tive muitas referências, a começar pela minha mãe. Eu não seria capaz de pegar uma senhora, mãe de dois filhos, sem marido e demitir. E essa é uma realidade muito repetida nas classes populares. Isso me faz lembrar quando, recentemente, na Universidade Federal Fluminense teve uma crise, criada por esses governos sucessivos, e foram demitidos trabalhadores terceirizados de limpeza e outras áreas. Eu fiquei muito abalado também. O único trabalhador terceirizado que trabalhava conosco, não foi demitido porque, afinal, arrumamos outra forma de pagar seu salário. É um compromisso que pessoas como eu têm com essas pessoas.

Por tudo isso, romper com a Engenharia, em 1989, foi fácil. cursar Ciências Sociais foi uma decisão tomada também posteriormente, em 1993. O curso de Ciências Sociais é interdisciplinar. Eu me interessei por Filosofia, Ciência Política e outras disciplinas, mas devo dizer que detestava Antropologia. Como eu era pretensamente marxista, entendia que a Antropologia negava a luta de classe e era feita em benefício das estratégias capitalistas. Como se falava nesse meio na época. Hoje entendo essa perspectiva como ignorante. Profundamente ignorante. Deixei, então, a Antropologia para o final do curso, que demorou nove anos para ser concluído, já que eu era sindicalista e tinha muitas atividades, como as greves. Mas eu nunca perdi a perspectiva de terminar o curso. Nesse aspecto, eu estabeleci uma amizade com Ronaldo Lobão, na época, também sindicalista na UFRJ, atravessamos vários contextos e situações juntos. Ele ingressou no curso de Ciências Sociais na UFF em 1996, muito encorajado por mim. Ele terminou em quatro anos e a nossa amizade foi muito importante. Conheci também, em 1996, Roberto Kant de Lima.

Naquela época eu era sindicalista *hard* mesmo, usava macacão e tinha toda uma representação de pseudo-operário. Nesse período, eu me interessava pela Ciência Política e era da Convergência Socialista, embrião do futuro Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). Eu era bastante inserido nessa organização, por várias razões. Em função da minha socialização nas Ciências Sociais e pela minha capacidade de observação aguda, eu comecei a perceber o seguinte: não basta só criticar o laboratório e a sala de aula de Engenharia, eu tenho que criticar o partido. Ele também era constituído de homens brancos, pertencentes as classes médias e, como eu, cheio de defeitos e virtudes. Comecei a fazer um exercício que aprendi nas Ciências Sociais de analisar os discursos, compreender as categorias, dentro do partido. Existia uma ideia

que se pode representar, grosso modo, assim: você não pode pensar, deve primeiro ler o documento do comitê central, aí depois você fala. O que era representado com uma idéia mal construída de centralismo democrático. “Você pode pensar do jeito que você quiser pensar, mas na hora que a gente decidir, você faz o que a gente quer”. Aí não deu... o processo de ruptura com essa forma de ser foi inevitável. Agora, eu diria que foi muito importante o tempo que eu fiquei na organização partidária, porque ela me ensinou a ser mais humilde, me ajudou a trabalhar melhor a minha argumentação. Então, eu tinha que persuadir bem, melhorar meus argumentos e elaborar melhor o meu pensamento. Isso porque a prática política ali é fundamentada na oralidade.

Mas era necessário também estabelecer outras formas de construção de conhecimento. Eu diria que a Antropologia se apresenta pra mim como um âmbito de formação justamente porque eu deixei para o final do curso. Estava mais maduro. Fui entendendo essa dimensão microssociológica que a Antropologia tem de olhar os fenômenos estabelecendo uma compreensão sobre os significados e de, fundamentalmente, estabelecer um entendimento dos interstícios entre o que as pessoas dizem que devem ser e o que elas fazem, numa tentativa de construir e compreender um sentido para essas práticas. Elas falam, mas estão pensando que estão fazendo alguma coisa. Tem gente que atira e mata um monte de gente e diz que está trabalhando. Que trabalho é esse? Tem que compreender que trabalho é esse. Outros dão um desfalque no banco e dizem que não roubaram. Qual é o ponto de vista delas? São coisas interessantes e eu fui fazendo esse movimento porque os outros conhecimentos nas Ciências Sociais eram tão normativos quanto às Ciências Naturais poderiam ser, no sentido de definir uma coisa de uma determinada maneira, deixando escapar nuances da sociedade que eram imprescindíveis para explicar certas situações, contextos e decisões.

Então, a Antropologia se apresentou pra mim como algo sofisticado. No sentido de aprimorar o que a gente aprendia nas Ciências Sociais, mas ela nunca foi pra mim uma coisa pra ser pensada sozinha. Por exemplo, eu estudei Marx contra o partido. O Marx que me vendiam no partido era resultado de uma Ciência Política, com uma teoria sobre o materialismo histórico. Isso não me interessa. Eu queria o Marx que pensava sociologicamente, partindo de uma realidade alemã para pensar a Europa, estabelecendo uma ciência social voltada para entender a sociedade capitalista do Século XIX, em diálogo com Alex de Tocqueville. Eu não estudei Marx dissociado de Tocqueville, um filósofo francês com uma certa apreensão sobre as causas da Revolução Francesa.

Acontece que fui socializado no curso de Ciências Sociais da UFRJ e lá aprendi que o pensamento sociológico sempre é comparativo. E a Antropologia é radical nesse sentido, ela agudiza o caráter comparativo e interdisciplinar já que não pode ser pensada dissociada da Sociologia, da Ciência Política, da Filosofia. E, ao mesmo tempo, ela possuiu um método, esse do trabalho empírico, de observação direta, de compreensão dos significados das categorias nativas. Nesse sentido, a Antropologia estabelece uma crítica sobre os métodos da Sociologia, produzindo um reenquadramento metodológico importante.

A decisão de ir pra antropologia se deu, também, por conta de relacionamentos com Ronaldo Lobão e Roberto Kant. Agora, na minha socialização na Antropologia participam o Roberto Kant, na Federal Fluminense e o Peter Fry, na UFRJ. Estudei com esse últimos várias disciplinas. Peter Fry é um antropólogo inglês, que foi aluno de Mary Douglas. Ele apresentou um repertório bastante amplo de questões na Antropologia. Mas, do ponto de vista de formação como antropólogo, a Universidade Federal Fluminense foi decisiva. Chamamos, brincando, de a “Escola Fluminense de Antropologia”. Aqui há um compromisso com o trabalho empírico e o desenvolvimento de teorias antropológicas decorrentes de uma radicalização em torno da construção de problemas e descrições. As mais densas possíveis para o enquadramento de um objeto que seja pensando em termos históricos, contextualizados. Pensado também, dentro de uma perspectiva permanente de renovação do pensamento antropológico. Essa escola de Roberto Kant de Lima, Simoni Lahud Guedes, Marco Antonio da Silva Melo, Eliane Cantarino, Laura Graziela Gomes, Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto. Eu fui um dos primeiros alunos do Paulo Gabriel. Realmente, uma escola que me apresentou uma forma de fazer antropologia. Eu pude, inclusive, ter a liberdade dessas interlocuções interdisciplinares que depois fui fazer lá com o Direito. Então, assim, começaram uma série de empreendimentos que a gente vai conversar daqui a pouco.

04. É até interessante você tocar nesse ponto, Lenin, porque a próxima pergunta é exatamente sobre a experiência que você teve ao lecionar tanto na graduação quanto na pós-graduação em Direito. Quais foram os principais desafios que você enquanto antropólogo enfrentou ao interagir com essa lógica do dever ser, que é muito marcante nesse tipo de formação no meio jurídico?

Lenin Pires - Pois é, essa história é comprida, porque quando eu vim para a antropologia na UFF, em 2002, tinha um objetivo: terminar a graduação. Eu era muito conhecido, uma liderança sindical na UFRJ, que decidiu sair em 2001. Eu fui conversando com o Ronaldo Lobão para assumir uma função no Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa, o NUFEP. O Ronaldo Lobão já era mestre em Antropologia. Ele terminou em 29 de novembro de 2000, data do meu aniversário (risos). Eu fui lá fotografar a defesa, dei de presente pra ele (e pra mim) essas fotos. A gente se encorajava sempre. Ele me convidou para assumir a função que ele tinha no Núcleo, de coordenador administrativo porque ele estava indo para a UnB para fazer o doutorado e aí me deixou lá, sabendo das minhas competências. Eu tinha sido Presidente do SINTUFRJ, um sindicato com quinze mil sindicalizados, tinha cem servidores, muitos conflitos. Atravessei cinco anos de sindicato, vendo uma série de arbitrariedades e enfrentando todos. Isso me rendeu um reconhecimento dos sindicalizados, bem como dos funcionários do sindicato, que eu prezo muito. Esse papo de você ser sindicalista pra fora e ter pra dentro do sindicato uma postura patronal, isso é um erro. Tinha essa capacidade de gestão, aprendida na prática, e fui para o NUFEP.

Eu cheguei em 200. Vendo o núcleo de pesquisa funcionar, eu que queria apenas terminar a graduação, comecei a ser encorajado pelos membros do NUFEP a fazer mestrado na Antropologia, vendo como se fazia etnografia na Universidade Federal Fluminense. Nunca pensei em ir para o Museu Nacional, que tinha uma tradição muito etnológica, num diálogo com o estruturalismo francês. Eu tinha também uma representação de que se trataria de um lugar elitizado. Percebi que a UFF era marginal, como eu sou e gosto de ser. Uma marginalidade extremamente sofisticada, com uma ideia de simplificar os diálogos entre pesquisadores e sociedade, procurando reduzir complexidades, trazendo ao centro dos debates algo inteligível, numa consensualização.

A Antropologia na UFF guardava um fino compromisso com sua tradição da observação participante e da chamada *descrição densa*. Nesse sentido, a categoria informante era uma categoria criticada na UFF; usava-se interlocutor. Há uma certa implicação no contexto no qual está inserida. Fazia-se pesquisa não sobre pescadores, policiais, favela... Faz-se com pescadores, com policiais, com favelados. Eu tenho trabalho de campo com ambulantes, camelôs e policiais. Tenho empatia pelos primeiros e não tenho pelos últimos. Isso não quer dizer que eu tenha um preconceito com policiais. Não tenho preconceito, mas não tenho empatia nenhuma. Há uma assimetria

de poder aí avessa à minha formação e ao meu lugar na sociedade. O camelô, no exercício do seu ofício, não tem a possibilidade ou, eventualmente, a prerrogativa legal de me matar. Diferentemente do policial, dependendo do contexto e da situação. Então, qual é meu grau de empatia com a polícia? Nenhum. Isso não quer dizer que eu não tenha relações com os policiais com os quais eu estudo e que oriento, que não sejam relações de empatia para com o profissional, em específico. Já com a corporação, a posição não pode ser outra que não seja crítica. É diferente. Tem que saber fazer essas separações e professar isso ética e profissionalmente. A gente sofreu muitos preconceitos nessas disputas desse mercado acadêmico. Particularmente o meu grupo de pesquisa, liderado pelo Roberto Kant de Lima.

Conheci o Roberto Kant em 1996 e, tempos depois, viemos a trabalhar juntos no NUFEP. Nessa época eu apenas queria me graduar, não pensava em ser antropólogo. Mas depois, com o tempo, ele percebeu que não estava lidando com um ignorante, muito pelo contrário. Como ele é um cara brilhante, com uma competência e uma formação que dispensa apresentações, ele foi apostando na minha socialização a partir de meus 40 anos de idade. Isso se deve ao fato dele ser uma pessoa extremamente generosa, no sentido de compartilhar as coisas, de desejar, mas também se conecta a uma forma da UFF ser como instituição. Até hoje eu vejo isso acontecer na Antropologia, no InEAC e mesmo em outros departamentos. O Kant trouxe muitas contribuições para minha formação no sentido educacional formal e ética-profissional. Já do ponto de vista existencial, como eu disse, eu cheguei nessa profissão com mais de quarenta anos de idade e com três filhos; então não tinha muito o que acrescentar. Não tinha espaços para construir muito mais em termos de personalidade. Mas em termos de produção acadêmica, sim.

Eu fiz essa transição, no mestrado e doutorado, num contexto de construção institucional porque o NUFEP se transformou num Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, um INCT. Num contexto de agressão e de disputa, onde a antropologia foi acusada dentro da UFF de não ter empatia com a sociedade e ter afinidade, veja você, com os órgãos de repressão. Tudo porque propúnhamos criar um curso de Segurança Pública, no âmbito do REUNI. Queríamos criar um programa de Segurança Pública diante da constatação de que, no Brasil, esta é uma categoria informada por valores repressivos. E nos parecia necessário outra perspectiva nesse sentido. Isso tem relação com os estudos inaugurados pelo Kant nas décadas de 1980 e 1990 e que vários outros

pesquisadores foram desenvolvendo particularmente, no Rio de Janeiro, para além do Kant;, como o Michel Misse, Ana Paula Mendes de Miranda, João Trajano Sento-Sé, Luiz Eduardo Soares, Ignácio Cano, Julita Lemgruber, Silvia Ramos, Jaqueline Muniz, e muitas outras pessoas mais. Todos dando conta de que o imaginário sobre segurança pública é sinônimo de repressão. O imaginário dos agentes, da sociedade é todo voltado para o signo da repressão. E, no entanto, no mundo inteiro não é bem assim; há outras formas de conjugar direito e ordem. Ou seja, o que é *Public Safety* nos Estados Unidos ou *Sécurité Publique*, na França, não tem nada a ver com o que se representa aqui. Dependendo da tradição política e jurídica, há outras formas de representar os sistemas de controle social. Tendo isso em mente, nós decidimos propor criar um curso de Segurança Pública e isso foi demonizado pelo Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, de onde é oriunda a Antropologia, sede do Programa de Pós-graduação em Antropologia, onde eu fiz mestrado e doutorado. Saímos dali, mas não com o rabo entre as pernas, porque saímos como um INCT.

Logo depois, por razões que envolviam também o REUNI, a Faculdade de Direito da UFF propôs criar o curso de Segurança Pública. Isso foi curioso, porque no projeto original está dito que um problema a ser enfrentado do ponto de vista da Segurança Pública e Social é a matriz do Direito. Esta última, a exemplo do que acontece com a matriz militar, informa essa perspectiva repressiva da segurança pública. É muito interessante que a Faculdade de Direito tenha sido o abrigo de nosso projeto. Mas isso se deve a vários aspectos. Por um lado, essa faculdade era e é composta de vários grupos havendo, inclusive, setores progressistas. São minoritários, mas existem. Naquele momento, porém, havia o interesse nas vagas de professores do REUNI, o que implicava na criação do turno noturno em Niterói e também em outros campi. Depois, propuseram também criar o Departamento de Segurança Pública, o que rendeu mais um prédio e mais outras vagas de professores para a Faculdade de Direito. Foi assim que fiz um concurso e acabei indo lecionar lá, mais tarde.

Nessa inserção eu, que não sou formado em Direito, comecei a perceber uma coisa que foi pra mim uma revelação. Há alguns colegas que são verdadeiros arquétipos desse direito dogmático, de cunho positivista, extremamente formal, voltado para uma representação de ciência que nega o que ocorre no mundo e que pensa o dever científico como todo incorporado ao que está descrito em manuais. Seja ele patrimonial, civil, penal... muda o direito, mas não o modo de pensar em como isso pode refletir o

mundo. O que está nos autos, muitas vezes, não está no mundo em lugar nenhum. É um formalismo absurdo. E eu vi e vivi isso lá. Foi uma experiência muito importante, porque me fez ver e sentir que o Direito é um *lugar* que discursivamente incorpora o poder. Então, esses homens potencialmente brancos, seja na cor da pele, seja em suas pretensas atitudes, em sua maioria, têm uma circulação na esfera do poder e dos tribunais. E nessa circulação aplicam, interpretam ou mesmo criam normas que tem efeitos profundos na sociedade.

Eu cheguei a ouvir em um Programa de Pós-Graduação do qual participei, por um curto espaço de tempo, que doutor é aquele que é doutor em Direito. Quer dizer, toda essa discussão crítica que fazemos na sociedade sobre todo mundo querer ser doutor - delegado, médico, advogado - uma questão das oligarquias lá do século XVIII e XIX surgiu numa reunião. E a pessoa falou isso olhando pra mim! Um doutor em Antropologia, negro, sentado ali na frente dele de uma forma inusitada, com uma camisa meio destrambelhada, já que não era um terno. “Não é doutor. Não pode ser doutor, não acredito nisso”. São as crenças do Direito.

Outra coisa importante que aprendi lá é que quando falamos em Direito, não estamos nos referindo a qualquer faculdade de direito. Uma coisa é a UNB, a USP, a UERJ, outra coisa é, por exemplo, a UFRJ ou, principalmente, Niterói. Há níveis e desníveis nessas hierarquias e representações. Nessas formas de ser formal e desconsiderar o outros maneiras como o negro, a mulher ou o idoso podem ser representados por esse mundo do direito parece não só deslizar das faculdades para o mundo, mas também entre elas. Nas maneiras como elas se enxergam entre si e as representam nas disputas pelos bens materiais e simbólicos que tanto seus integrantes lutam por particularizar, em relação à sociedade. Essas representações são intercambiáveis no tocante as representações do que seja tradição e prestígio, sobre suas reputações.

Aí você percebe como é isso no nível da prática quando seus alunos falam que a sua aula é uma aula diferente. Um professor formado em Ciências Sociais, afinado com a Antropologia, que tomou porrada da polícia enquanto sindicalista, oferece para aqueles estudantes uma aula diferente. O professor vai ali e fala um monte de coisa que os alunos não estão acostumados. O que os alunos estão acostumados na faculdade de Direito é o professor falar da reprodução do poder, inclusive do ponto de vista do ritual.

O cara vai lá e lê um sujeito que já morreu e dá vida ao mesmo através de uma prática pedagógica muitas vezes destituída de empatia para com as pessoas que estão ali. Os estudantes tem história, tem pai, tem mãe, tem bairro. Mas isso não interessa, isso não está disponível para compor o ambiente de sala de aula. Eu vi isso de uma maneira visceral. Mas a comparação nunca nos abandona; isso não está só na faculdade de direito. Isso aí está presente, segundo relatos dos estudantes, em outras carreiras, incluindo as próprias ciências sociais.

Então, essa Universidade ao mesmo tempo que aparece com essas potencialidades, que cria um curso de Segurança Pública na reação, na porrada e no reconhecimento acadêmico, como tem o professor Roberto Kant de Lima, por exemplo, também é um ambiente reacionário. Como referi, há uma dialética que se vê com maior transparência na Faculdade de Direito, e que pode ser elevada à enésima potência para toda a universidade. Saber lidar com isso envolve muitas informações e muito conhecimento. Uma formação ampla do ponto de vista de qualificação e da vida. Demanda estar em diversos âmbitos de trabalho, na vida sindical, nos movimentos sociais, no cotidiano dos bairros, nas atividades culturais das mais diversas. Envolve a incorporação da Universidade a essas outras éticas-estéticas e formas de questionar, daí a importância das cotas nas universidades. A minha origem social é determinante para essa forma de eu fazer antropologia e de produzir as coisas que tenho sido capaz de produzir, acompanhando meus colegas do InEAC e, dentro dele, do LAESP. A criação do Curso de Segurança Pública, da linha de Segurança Pública no Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD), hoje o mestrado acadêmico em Justiça e Segurança...A gente precisa ser subversivo.

05. Gostaríamos que você falasse um pouco de suas vivências na Escola de Governança da Universidade Federal Fluminense. Como suas experiências de técnico administrativo contribuíram neste espaço? De que forma suas experiências anteriores favoreceram o aprimoramento desta dinâmica de formação continuada?

Lenin Pires - Tem duas coisas que eu gostaria de chamar a atenção. Todas essas experiências anteriores foram muito importantes. Até o fato de eu ter sido técnico em química, ter passado por discriminação, ter crescido e desenvolvido moralmente do ponto de vista da universidade, me deu consciência sobre toda essa desigualdade

estrutural. Entender a qualificação como uma forma de resistência, mas também um compromisso de transformação e não reprodução dessas hierarquias. Isso levou a gente a ter uma forte resiliência no processo de criação do INCT-InEAC. Em 2014, o professor Sidney Mello foi eleito reitor. Nós já estávamos criando o Departamento de Segurança Pública e o Roberto Kant ainda estava na ativa, formalmente. Ele estava sendo pensado para assumir uma posição dentro da Reitoria e o Sidney queria que, por outra parte, eu tivesse um maior compromisso com a gestão. O Kant falava muito de mim e do meu protagonismo no processo de construção do curso de Segurança Pública. Na época, eu era pesquisador de pós-doutorado e estava colocando em ação minhas expertises políticas, mas sempre com a perspectiva antropológica da qual falei anteriormente. Observando, ouvindo e entendendo como os atores estão entendendo cada ação. Na minha experiência, a Antropologia é indispensável para a ação política.

Então eu participei do processo de transição da gestão do professor Roberto Salles, que foi uma pessoa importante, junto com o Sidney Mello. E nesse processo eu discuti bastante a questão da importância de uma pró-reitoria de gestão de pessoas, inclusive discutindo criticamente esse conceito. Mas isso é outro assunto, pois envolve criticar, inclusive, uma carreira instituída por cargos, em detrimento dos atores sociais que envergam suas atribuições. E só isso já nos levaria para uma outra entrevista.

Logo que o Sidney assumiu eu ingressei na PROGEPE com a missão de criar a Escola de Governança; eu já era professor no Departamento de Segurança Pública e, na minha perspectiva, isso dá um impulso tremendo a minha trajetória dentro da universidade. Meu compromisso em criar a escola de governança, junto com o Túlio Batista Franco que era o pró-reitor de pessoal, foi de dar relevo à compreensão de que o conhecimento técnico-administrativo é único; é ele que faz a universidade funcionar, já que está no cerne dos processos, na administração dos recursos e dos bens, seja nas repartições processuais, seja nas instâncias operacionais. Entretanto, esse trabalho que demanda um conhecimento amplo da universidade, é desconsiderado. Então o nosso compromisso era por capacitar e, sobretudo, qualificar as pessoas que querem ter nível superior, como eu também queria no passado; e que a gente precisava oferecer mecanismos para facilitar essas inserções. Estou falando de 2014, certo? De lá para cá criamos iniciativas como o Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, no âmbito do Programa PROFIAPI que é voltado exclusivamente para a formação de técnicos administrativos, com uma grande reserva de vagas para esse público. O curso

foi criado em associação com o Instituto de Ciências Humanas da Volta Redonda, cujos colegas capitaneados pelo Julio Abreu, atual diretor, foram fundamentais, já que era um curso à distância e eles dominavam essa expertise no que me parece longínquo ano de 2015. Eu fazia parte do programa, pois já possuía um currículo robusto, graças aos programas de Antropologia e de Sociologia e Direito. Tinha o que aportar. Criamos esse mestrado e naquela oportunidade eu trouxe no debate o conhecimento e a perspectiva própria da antropologia que eu aprendi na UFF, onde propus lidar com as particularidades e com a diferença inerente à própria administração universitária, proclamando assim que a administração pública não é um saber encastelado em teorias dos Estados Unidos, por exemplo, mas um saber técnico-político que produz efeitos práticos e efetivos no cotidiano da universidade.

A passagem pela Escola de Governança teve uma importância grande nessa perspectiva e também significou pro INCT-InEAC uma circulação, a partir de minha forma de se mover politicamente, no âmbito administrativo. Daí você pode juntar essa perspectiva propiciada pelos saberes antropológico com a expertise política que eu já havia adquirido ao longo da minha trajetória, onde a UFRJ tem muito a ver com isso. Eu avalio que isso trouxe algumas vantagens e dividendos na posterior criação da unidade acadêmica da qual hoje eu sou o diretor, Por que em 2016 houve a expulsão do Departamento de Segurança Pública da Faculdade de Direito, dentro daquela lógica positivista que fiz alusão, onde se recusa um diálogo interdisciplinar mais simétrico.

A situação atual é essa. Um departamento da Faculdade de Direito virou uma unidade que disputa recursos e agora, na prática, é um departamento com vida própria, que tem assento no Conselho Universitário e recursos assegurados todos os anos. O IAC agora é mais que um departamento, pode tomar uma série de medidas e iniciativas: buscar emendas parlamentares e fazer convênios, por exemplo. Está absolutamente autônomo e nós prosperamos nesse sentido, o que é muito importante para a rede de pesquisa que foi criada em 2008, quando ocorre o conflito no ICHF e que agora, em certa medida, vê se transformar em realidade boa parte daquilo que foi projeto quando apareceu a oportunidade do REUNI. Mais uma vez faço recurso àquela minha afirmação sobre a improdutividade do ódio e do ressentimento. Caso tivéssemos atuado com base nessas prerrogativas, muita da energia positiva que foi gerada, inclusive por potenciais adversários, mas que não eram inimigos da proposta, seria desperdiçada. O fato mais importante, socialmente falando, é que a Universidade Federal Fluminense,

uma universidade pública, criou o pioneiro de Bacharelado de Segurança Pública e Social, embrião do Tecnólogo em Segurança Pública, este último oferecido como uma carreira de qualificação dos profissionais da Segurança Pública. Mais recentemente, entrou em funcionamento o mestrado acadêmico de Pós-Graduação em Justiça e Segurança. Então, a universidade pública está colocando no mercado de opções de qualificação profissional uma expertise que, apostamos, pode contribuir para um reenquadramento da dura realidade da segurança e administração de justiça, em nossa sociedade. E essa foi uma iniciativa de pessoas que tem compromisso com a igualdade social, com a democracia e com uma sociedade mais justa e digna de se viver.

06. Gostaríamos de conversar um pouco sobre o estudo que originou o clássico “Esculhamba, mas não esculacha”, talvez um dos mais importantes da sua biografia. Como você construiu seu problema de pesquisa e decidiu pelo estudo dos trens? Como você relaciona o campo do transporte urbano com a sua própria história de vida e trajetória acadêmico-profissional? Por ocasião das suas pesquisas você também passou um período na Argentina onde, em Buenos Aires, deu continuidade aos estudos sobre transporte público e trabalho informal. O que a experiência representou para você enquanto pesquisador?

Lenin Pires - Lá na graduação eu tinha como objetivo estudar uma coisa que me chamou atenção na década de 90, que era o aumento dos ambulantes e do comércio informal. Obviamente isso despertou para mim como um problema político, porque eu era sindicalista e, como referi, do PSTU. Lugar que, volto a frisar, também aprendi coisas muito importantes. Eu estava preocupado, a princípio, em explicar as dinâmicas com relação à exploração do trabalho humano. Eu via o aumento da camelotagem como uma forma, um reenquadramento da lógica de exploração capitalista e de novas formas de experiência do proletariado. Nessa trajetória, dentro do meu processo de formação eu comecei a reprocessar meus interesses e me questionar sobre minhas questões de pesquisa. Eu fui apresentado aos conceitos e metodologia de uma antropologia do direito, ou seja, do direito como objeto antropológico, repensando as moralidades, as temporalidades e as espacialidades, começaram a surgir outras questões. O que me levou a me perguntar como é que em um dado contexto o mercado informal se realizava.

Eu vou citar um fragmento de uma conversa que eu tive com o Kant lá em 1996 que eu escrevi isso na minha dissertação que foi um dos primeiros ensinamentos do Kant pra mim. Quando eu me apresentei para ele como líder sindical. “Você está interessado em resolver os problemas das pessoas, nós antropólogos queremos entender como as pessoas resolvem seus problemas”. Essa frase está no cerne dessa minha mudança de atitude em função de um treinamento profissional.

No início do meu treinamento, eu estava interessado nos mercados informais de rua, mas me pareciam muito caóticos. Aí veio a idéia de circunscrever minha observação aos trens, como um lugar onde conseguiria estabelecer melhor controle daquelas relações. Na sequência, em virtude de uma melhor apreensão da teoria, veio a noção de que o mercado informal não era um lugar específico, mas um lugar que eu conseguiria construir para nele estudar determinadas relações. E aí eu construí um objeto de pesquisa que tinha a ver com as formas de pensar o direito de forma tácita a partir das pessoas que estavam ali no cotidiano do mercado informal dos trens.

Esse foi o mesmo tipo de questão e de problemas que pensei quando fui estudar os mercados informais na Argentina. Só que esse segundo contexto é muito especial, porque, primeiramente, eu estava trabalhando com a comparação de duas sociedades no âmbito do mundo ocidental periférico. No caso, Rio de Janeiro e Buenos Aires, Brasil e Argentina. Tinha um desafio de minimamente tomar conhecimento de uma realidade que parece similar, mas não é. De conhecer outro contexto histórico, tentar compreender as particularidades linguísticas e as categorias com seus significados, dentro de uma perspectiva que interessava à instituição, haja vista o convênio da UFF com a Universidade de Buenos Aires. Por outro lado, eu tinha que enfrentar desafios estruturais, em função da família, de não poder ficar muito longe. Filhos adolescentes, minha mãe já idosa (e continua lá, firme e forte). Eu pensava, na época, que uma coisa seria pegar um avião, ir para Buenos Aires que é mais próximo e, inclusive, bem mais barato. Outra coisa era ir pros EUA ou França, pagando contas em Euro e vivendo desafios outros como, por exemplo, o outro padrão de discriminação por ser estrangeiro. Coisa que, diga-se de passagem, nunca vivenciei na Argentina, em nenhum momento.

Outras coisas que não foram pensadas na época, mas que foram vantagens competitivas, decorrem do fato de que desde 2005 eu ter como minha companheira a antropóloga Lucía Eilbaum, que é argentina. Em primeiro lugar, não é qualquer recurso

ter outro antropólogo ao lado, sendo ela uma das antropólogas mais brilhantes dentre a geração de jovens antropólogos disponíveis na América Latina. Ela foi socializada na graduação lá em Buenos Aires, que foi muito diferente da minha formação aqui, iniciada apenas no mestrado. Eu não tive, por exemplo, formação em arqueologia, antropologia biológica, coisa que se faz aqui com certa dificuldade na pós-graduação e só recentemente em algumas graduações. Por outro lado, essa nossa proximidade me permitiu fluidez nas interlocuções, em pouco tempo, pelo farto ter alguém versado na língua espanhola me corrigindo sempre de forma gentil e apresentando especificidades locais que não seriam facilmente identificáveis para um estrangeiro sozinho.

Em outras palavras, eu tinha um vínculo acadêmico e familiar que me ajudou muito e eu fiz questão de falar isso na minha tese porque eu entendi que, metodologicamente, era algo que eu não poderia declinar de refletir. O peso disso para a minha formação é estupenda, porque eu aprendi como pensar isso dentro de outra sociedade, conheci a história de outro país, me interessei pelos processos de privatização, políticos e representações simbólicas, discutindo não apenas em decorrência de uma socialização profissional, mas como parte de uma inserção institucional no nível familiar. Um outro compromisso, com consequências para além da minha própria existência. Logo, minha compreensão daquela sociedade e de seus contornos culturais não são elementos que estão depositados apenas nos meus cadernos de campo e que eu recorra episodicamente. Por exemplo, em função da recente morte de Diego Maradona, o modo dos argentinos professarem suas crenças sobre a sociedade, a partir da morte, veio à tona de uma maneira visceral em plena pandemia. Então, apesar da minha trajetória como técnico administrativo, eu me vejo como um antropólogo em plena ação, em todas as escalas do fazer etnográfico, onde realizo etnografias em contextos que controlo, como também, nos contextos mais incontroláveis no qual estamos submetidos, sobretudo considerando o atual estágio de pandemia mundial, que nos leva a olhar para as relações de forma ainda mais atenta.

07. A questão do trabalho informal, como você bem pontuou, lhe é cara aos seus estudos. Na sua opinião, qual a importância e papel da universidade e das políticas públicas como um todo para com essa categoria profissional?

Lenin Pires - Do ponto de vista mais conceitual e teórico eu gostaria de dizer que na companhia de colegas do Laboratório de Estudos sobre Conflito, Cidadania e Segurança

Pública (LAESP), estou buscando consolidar estudos que visem colocar em perspectiva e dar desdobramentos as maneiras como podemos refletir sobre os regimes de precariedades existentes em nossa sociedade. Significa colocar sob análise os mais variados sentidos que essa categoria pode revelar, a partir dos conflitos, práticas e tecnologias vigentes, sobretudo nesse momento de pandemia. E eu reconheço o nosso esforço coletivo e mantenho minha admiração em relação às trajetórias dos pesquisadores, do grupo como um todo. Estamos construindo uma agenda de pesquisa e eu tenho me dedicado a pensar a categoria precariedade não como um conceito, mas como uma categoria - ou alegoria, como pensam alguns - que perpassa diferentes tradições e diferentes realidades. O estudo do professor Fábio Medina, por exemplo, sobre empregadas domésticas é muito adequado porque guarda características de se pensar a precariedade e o caráter do que é precário não necessariamente referindo-se a um mundo que se desmonta a partir de uma concepção de modernidade, mas como uma categoria que acusa a condição de determinados sujeitos que estão presentes na sociedade em função de uma série de arquiteturas que são pré-modernas e que reagiram como puderam ao estabelecimento de uma relação de normalidade com base em regras universais. Então essa categoria não está fora do imaginário autoritário que pensa a ciência jurídica como uma ciência aplicada sobre a sociedade que, portanto, pode dizer qual é a verdade sobre ela. Como eu referi em minhas reflexões leigas sobre o direito. E que me levaram a compreender o direito administrativo como cerne desse exercício autoritário, do Estado sobre a sociedade, que dá sentido à categoria *precariedade* a negação de crédito, de confiança, a maioria da sociedade - preta e parda - a qual se recusa o status de cidadão. E que, portanto, diante da negativa em se estabelecer contratos efetivos para compartilhamento de valores em uma sociedade política plural, onde prevaleça o direito universal, só lhe resta preconizar a repressão.

Nesse sentido, pensar nesses termos é discutir que a categoria refere a um contexto diferente do que pretende enunciar Bourdieu quando reflete sobre o desmantelamento do mundo cívico na França; ou a filósofa Judith Butler que vai descrever sobre a medida do desmoronamento do sujeito que se constrói no mundo ocidental a partir da concepção de direitos humanos que desincorpora o componente humanizante. Na verdade, o que nós temos é uma concepção construída dentro de uma tradição que nem recepcionou direitos civis, nem direitos sociais de segunda geração, mas que na verdade, sempre pensou o direito como um privilégio. Então, dizer que uma

pessoa possui um direito que é precário ou que vive em precariedade é afirmar coisas sobre o mundo e sobre esses sujeitos que não fazem referência ao que se observa em outras tradições jurídicas, em uma perspectiva moderna. Nosso direito é pré-moderno, desse ponto-de-vista. Nossas pesquisas revelam que trabalhamos num mundo onde as *súplicas* e as *preces* imprecadas pelos sujeitos nas interações sociais estão posicionadas num referencial diferente do *reivindicar* e do *solicitar*, naquilo que diz respeito a relação com a noção de “direitos”. É interessante porque vários colegas no âmbito antropológico estão discutindo essas concepções e olhando para o caso brasileiro com outra chave, como se essa chave pudesse conjugar o neoliberalismo e essa pretensa pós-modernidade no mesmo âmbito de outros lugares. A pandemia nos ajuda nesses processos de conjugação, de lidar com a realidade, a mostrar o que, afinal de contas, o Estado quer dizer quando acusa determinadas formas de vidas enquanto precárias.

.....